



Eixo 6: Questões agrária, urbana e ambiental.

A questão agrária, a agroecologia e o Serviço Social em debate

Resumo:

Este trabalho trata sobre a questão agrária brasileira e a agroecologia. O debate da questão agrária encontra pouco eco no Serviço Social e a discussão da agroecologia é ainda mais insipiente. Configura-se como um ensaio teórico de caráter exploratório, fundamentada no método crítico dialético. Se estrutura em dois itens: a constituição da questão agrária no Brasil e seus rebatimentos; e a discussão crítica sobre a emergência da agroecologia e a confluência deste processo com o Serviço Social. Ao final, sinaliza-se como essa profissão pode contribuir com o debate posto.

Palavras-chave: questão agrária; capitalismo; agroecologia; Serviço Social.

The agrarian question, agroecology and Social Work in discussion

Abstract:

This paper deals with the Brazilian agrarian question and agroecology. The debate on the agrarian question finds little echo in Social Work and the discussion of agroecology is even more incipient. This is a theoretical essay of an exploratory nature, based on the critical dialectical method. It is structured in two sections: the constitution of the agrarian question in Brazil and its repercussions; and a critical discussion on the emergence of agroecology and the confluence of this process with Social Work. At the end, it looks at how this profession can contribute to the debate.

Keywords: agrarian question; capitalism; agroecology; social service.

1 Palavras Iniciais Sobre um Cenário em Disputa

A realidade cotidiana é conformada pela confluência entre exploração, violências, violações, invisibilidade enquanto sujeitos de direitos, entre outros. Olhar para tal realidade contraditória é tarefa desafiadora e exige uma perspectiva crítica, atenta e de aprofundamento para o processo dialético de mescla entre os avanços tecnológicos e científicos e os retrocessos humanitários. Cumprir, ou pelo menos chegar perto deste propósito, exige retirar os véus que escondem o fosso das desigualdades, cada vez mais profundo.

E como olhar para os diversos aspectos da realidade seria tarefa de bastante envergadura, para fins deste trabalho o foco das lentes será ajustado para a realidade agrária enquanto campo de permanentes disputas econômicas, políticas, sociais e culturais. O cenário agrário é historicamente de disputas.

O último Caderno de Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) publicado em abril de 2024, com dados referentes a 2023, registra um total de

2.203 conflitos, com 31 assassinatos, 950.847 pessoas envolvidas e abrangendo 59.442.784 hectares (ha). As 31 vítimas foram 14 indígenas, 9 sem-terra, 4 posseiros, 3 quilombolas e 1 funcionário público, o mesmo perfil de vítimas registrado ano após ano. Se considerada a série histórica dos últimos dez anos, 2023 foi o ano com o maior número de conflitos, à frente de 2020, primeiro ano da pandemia de Covid-19 e que havia registrado 2.130 conflitos (o ano com o menor registro de conflitos nessa década, foi 2015, com 1.380). Ao mesmo tempo, 2020 foi o ano com o menor número de assassinatos (21 registrados), e 2017, o ano com o maior (72 no total). Já 2018, foi o ano que os conflitos envolveram mais pessoas (1.002.899 ao todo) e 2022, mais terra, com 81.243.217 ha (CPT, 2024).

Este cenário atinge a vida de inúmeros sujeitos da classe trabalhadora do campo. Faltam-lhes as condições objetivas de trabalho, alimentação, água, moradia, saúde, educação, entre outros. Estes sujeitos têm raça, etnia, gênero, sexualidade e, principalmente, classe social. Eles vivem em territórios marcados pelo interesse do capital e seus corpos são alvo constante de violência, pois expressam resistência a partir de suas lutas – organizadas coletivamente ou não.

Neste quadro da sociabilidade capitalista brasileira dependente, a disputa de modelos produtivos está no centro. Aqui, historicamente predominou o modelo de exploração baseado em grandes extensões de terra, no monocultivo, na exploração da força de trabalho e no esgotamento da terra e de outras reservas naturais. Com feições distintas em cada período histórico, estes traços sempre conformaram o modelo de exploração agrário-exportadora, que só logrou êxito pelo fato de a elite econômica que o liderava ser a mesma elite política que comanda o Estado brasileiro. Do escravismo colonial à exploração de trabalhadores no sistema de integração das agroindústrias, as riquezas produzidas acumulam-se do outro lado da cerca e da porteira.

As estratégias produtivas e de reprodução cultural e comunitária do que, para fins deste trabalho, se denominará de campesinato, estiveram presentes marcando todo processo histórico de formação do Brasil. São exemplos os quilombos, os faxinais, os povos indígenas, os assentamentos de reforma agrária e a agroecologia. A partir deste cenário, elegeu-se a agroecologia como problema a ser estudado neste artigo, onde ela é tratada como uma estratégia que tensiona o modelo de produção agrária, e como um elemento importante no plano das disputas societárias. A relevância desta

discussão na área do Serviço Social deve-se ao fato que a questão agrária ainda não encontra eco no conjunto dos debates sobre a realidade brasileira, o que fragiliza e compromete a perspectiva de totalidade adotada pela profissão, pois se compreende que existência histórica da questão agrária também é um aspecto determinante na conformação de expressões da questão social peculiares em um país de capitalismo dependente. De forma ainda mais insipiente, encontra-se o debate e os estudos sobre a agroecologia enquanto estratégia de enfrentamento do modelo produtivo hegemônico.

Neste sentido, tomou-se como objetivo fazer uma provocação sobre a proximidade existente entre questão agrária, seus rebatimentos históricos e a agroecologia em relação ao Serviço Social, a fim de apresentar elementos sobre a importância da contribuição teórica e política que essa profissão pode. A investigação que confere os dados para este ensaio teórico teve caráter exploratório e, neste momento, foi de tipo bibliográfica, fundamentada no método crítico dialético, fazendo um percurso em autores que trataram sobre a formação sócio-histórica brasileira e latino-americana, bem como na literatura nacional e internacional sobre a agroecologia.

O artigo está organizado em duas sessões, além deste item introdutório e das considerações finais. Na primeira sessão, discute-se sobre a questão agrária no Brasil, problematizando dados que expressam a disputa política e econômica na atualidade, como é a perspectiva do colonialismo químico. Já a segunda, trata sobre a agroecologia enquanto ciência, movimento social, práxis e proposta política que, em sua processualidade histórica, traz elementos contestatórios à agricultura industrial, que reveste o modelo agrário hegemônico chamado de agronegócio. A urgência deste debate no Serviço Social é sinalizada ao final do trabalho.

2 A Processualidade Histórica da Questão Agrária no Brasil

Neste item do estudo apresentam-se alguns elementos para a reflexão sobre a questão agrária. A intenção é discutir os pontos de confluência histórica, a fim de identificar as raízes que conformam a questão agrária no Brasil em sua feição contemporânea, perpassando a estrutura econômica, mas também os sujeitos que produzem as riquezas da e na terra.

A invasão europeia no território brasileiro, como é notório, foi marcada pela dominação exercida à ferro e fogo, que sobrepujou de forma cruel e violenta aqueles

que viviam do próprio trabalho e sem liberdade, invisibilizando-os na história e ancorando as bases da estrutura fundiária. Durante os primeiros três séculos e meio, era necessário ser amigo da Coroa para ter acesso por concessões – das capitânicas hereditárias às sesmarias – às grandes extensões de terra, além de ter prestígio político e social para que a exploração econômica fosse viável. Só a partir de 1850, com a Lei de Terras, as concessões e as grandes ocupações se tornaram propriedade fundiária.

Antagonicamente, inúmeras lutas sociais impunham questionamentos ao modelo do escravismo colonial violento, exploratório e agroexportador. São exemplos os aquilombamentos, e dentre estes, o mais conhecido é o de Palmares.

A República dos Palmares, com sua enorme população relativamente à época, dominou uma área territorial de mais ou menos um terço do tamanho de Portugal. Essa terra pertencia a todos os palmarinos, e o resultado do trabalho coletivo também era propriedade comum. Os autolíbertos africanos plantavam e colhiam uma produção agrícola diversificada, diferente da monocultura vigente na colônia; permutavam os frutos agrícolas com seus vizinhos brancos e indígenas. Eficientemente organizados, tanto social quanto politicamente, em sua maneira africana tradicional, foram também altamente qualificados na arte da guerra (Nascimento, 2019, p. 69).

Aqui restam identificados três elementos: os sujeitos produtores das riquezas acumuladas, ainda como capital primitivo; as lutas e resistências; bem como a existência de outras sociabilidades aportadas em relações sociais de produção distintas daquela que se tornou hegemônica. Ora, torna-se evidente que estas experiências tinham que ser extirpadas, junto com os diferentes povos que as protagonizaram.

A escravidão foi uma instituição que organizou a colonização portuguesa nas Américas ao longo dos seus mais de trezentos anos de existência. Isso não significa que ela tenha sido sempre a mesma, muito menos que tenha sido a única forma de exploração do trabalho. Mas, sem ela, a colonização não teria se efetivado. E ainda que a escravidão tenha tido uma história complexa e dinâmica, abarcando de formas distintas diferentes grupos humanos, a expressão utilizada pelos portugueses para se referir aos indígenas não deixa dúvidas: os escravizados eram sempre os não brancos, não importando muito, num primeiro momento, se eram os negros da terra ou os da África (Santos, 2022, p. 40).

O modelo de dominação e exploração econômica dos não brancos foi a base para todos os ciclos econômicos do Brasil Colônia (escravismo pleno) ao Império (escravismo tardio), sofrendo uma mudança apenas político-legal a partir do Brasil República. “As leis econômicas que funcionavam no interior dessa economia, especialmente a extração de todo sobretrabalho, através da coerção econômica e

extraeconômica do trabalhador, eram leis do modo de produção escravista, e não de qualquer outro”. Para toda sorte de exploração, havia um tipo de escravizado: aqueles de eito (atividades extrativas), na mineração, ourives, ferreiros, pedreiros, parteiras, as/os escravizadas/os domésticas/os; barbeiros, etc (Moura, 2020, p. 65).

O que havia na relação entre a colônia e a metrópole era um “nível de subordinação da economia brasileira ao centro explorador-comprador [...] que não permitia a acumulação de excedentes e de capitais internos em proporções suficientes à abertura de uma via independente do desenvolvimento”. Eis, portanto, as raízes do capitalismo dependente brasileiro. “O escravismo satisfazia econômica e socialmente e ninguém pensava ou articulava um movimento que objetivasse substituí-lo por outro regime de trabalho” (Moura, 2020, p. 70; 73), até que os países imperialistas impusessem às elites brasileiras, no final do século XIX, a extinção apenas legal do escravismo e sua substituição pela exploração da força de trabalho livre.

Ainda há de se considerar a relação entre terra e trabalho, a riqueza produzida e apropriada e os sujeitos que a produzem, através da atividade humana. Ora, “a terra, para se constituir em efetivo meio de produção de riquezas, necessita do trabalho”, isso por que, para os interesses das elites – do passado e atuais – de nada adianta a terra sem os trabalhadores e as formas de organização do trabalho erigidas sobre ela. Destarte, “a estrutura fundiária de um país espelha claramente a estrutura social deste país; a divisão da terra é a expressão física das divisões sociais existentes numa sociedade”. Assim, “se a riqueza é concentrada e as diferenças sociais são abismais, a estrutura fundiária será necessariamente concentrada, refletindo a exclusão da maioria do usufruto das riquezas produzidas” (Linhares; Silva, 2021, p. 88).

A monopolização da terra torna-se instrumento fundamental para aportar o poder econômico, mas também cultural, social e, especialmente, político das elites agrárias, em combinação ou confluência com as elites urbano-industriais. A monopolização da terra reverte na concorrência de poder e prestígio, mas também na eliminação de qualquer outra forma de produção agrária que pudesse se balizar noutra forma de sociabilidade e de relação com a terra. Neste sentido, é bastante atual a disputa de terras como forma de eliminar outras propostas de produção. São exemplos: a criminalização da luta e dos assentamentos de reforma agrária; a criminalização de povos tradicionais, como quilombolas; a eliminação de povos indígenas pela

destituição dos seus territórios, como na proposta de instituir um marco temporal para o reconhecimento do direito de uso e permanência destes territórios.

Desde o Brasil Colônia a produção de bens primários predominou nos principais ciclos econômicos. Ainda que ela nunca tenha desaparecido, estudiosos dizem que hoje haveria uma reprimarização capitaneada na produção de *commodities*.

Nas últimas duas décadas temos acompanhado o processo de reprimarização das economias latino-americanas, intensificado pelo retorno de governos conservadores que potencializaram as premissas neoliberais do sistema do capital, colaborando com a intensificação da inserção da Classe Capitalista Transnacionais (CCT), fração hegemônica do capital, sobre os territórios da região, aprofundando a tendência de concentrações de terra, acentuando conflitos socioterritoriais por onde quer que se configure seu modo de produção e com predomínio nos vários elos que compõem a cadeia de valor do agronegócio (Scoleso, 2023, p. 129).

Esta reprimarização aparece acompanhada de renovadas formas de exploração do trabalho na agricultura, agora bem mais tecnológicas, identificadas como ‘agricultura 4.0’. Notem que os sujeitos da classe trabalhadora explorada em sua força de trabalho permanecem presentes neste cenário produtivo, enquanto as experiências de outras formas de produção e sociabilidade – como a agroecológica – são apagadas.

Outra feição moderna do modelo agrário explorador é o colonialismo químico, que tem como principais determinantes o modelo econômico de dependência do Brasil e a ocupação de um lugar periférico em relação ao imperialismo (Valencia, 2019), cujo desenvolvimento deu-se ao longo da formação social de forma desigual e combinada (Fernandes, 2005). O Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de *commodities* do mundo, e um dos maiores importadores e consumidores de agrotóxicos. Exatamente pela sua estruturação e reprodução latifundiária, monocultora e agroexportadora, de um país da periferia global, é que se permite sentenciar a relação direta entre esses dois postos. Segundo Bombardi (2023), a questão agrária é o pano de fundo para se compreender essa dinâmica, sendo a propriedade privada da terra e a sua concentração a grande chaga da formação social e territorial do país.

Dados apontam que 90% dos agrotóxicos em circulação no Brasil são aplicados em lavouras de soja, milho, algodão, pasto (para a pecuária) e cana-de-açúcar, que são as principais *commodities* produzidas e, em sua maioria a partir de cultivos transgênicos – só para os cultivos de soja, foram destinados 57% dos agrotóxicos vendidos em 2021. Proporcionalmente, entre consumo e área destinada, o

Centro-Oeste é a região que mais consumiu agrotóxicos em 2019, com 209 mil toneladas, seguida da região Sul, com 150 mil toneladas. A água consumida e a comida que chega na mesa da população possuem resíduos de agrotóxicos muito mais acima do que o tolerável, diferente do que é permitido na Europa, onde a legislação é extremamente mais restritiva, e isso causa impactos na saúde pública. Pesquisas comprovaram que o glifosato está associado, entre outros, a diversos tipos de câncer, infertilidade, autismo, problemas renais, a diversos problemas de gestação, incluindo má formação e morte fetal.

Nas últimas três décadas, a área cultivada com mandioca diminuiu 38%, a do feijão, 47%, e a de arroz, 58%. Bombardi (2023) chama a atenção para o fato de que são três variedades alimentícias pilares da cultura alimentar brasileira perdendo espaço territorial da área agricultável para o mercado de *commodities* e agroenergia. Nesse mesmo período, a área destinada para o plantio de eucalipto aumentou 99,6%; para a de cana-de-açúcar, 153%; e a de soja, 210%. A expansão da soja e do gado crescem principalmente em direção à Amazônia, deixando um rastro de destruição pelo Cerrado e outras regiões. Em pouco tempo, a terra concentrada seguirá sendo propriedade privada, mas estará improdutiva, contaminada, arrasada e abandonada. O ar e a água também ficam altamente contaminados e esses efeitos são centrais no agravamento do aquecimento global. A chamada agricultura 4.0 (Scoleso, 2023), de precisão, ou apenas agricultura capitalista, fala muito mais sobre a economia e o mercado internacional, do que sobre a produção de alimentos.

A expressão ‘colonialismo químico’

[...] ajuda a desnudar “o que” e “em que” tem se desdobrado esse movimento do capital, quando as indústrias sediadas em países centrais do sistema econômico internacional vendem agrotóxicos proibidos em seus próprios territórios para os países do Sul global, particularmente da América Latina. Além de ocasionar os já mencionados problemas socioambientais, essas substâncias têm sido usadas como “armas” em conflitos fundiários (Bombardi, 2023, p. 65).

Ou seja, o termo ainda revela uma dimensão muito mais estrutural, e confirma a reprodução dos seus traços mais característicos ao longo da história. Assim, a histórica violência no campo assume mais uma feição, a química, e se soma às já conhecidas violências social e ambiental, que ocorrem de forma física e biológica. Os

conflitos legados do passado se fazem os mesmos e sempre atuais, renovando a feição da questão agrária no Brasil a partir de novas roupagens.

3 A Agroecologia e o Serviço Social: confluências?

Na primeira sessão evidenciou-se que o processo histórico de colonização e formação agrária brasileira foi permanentemente marcado pelas disputas entre a exploração, espoliação e ataques operados pelo latifúndio monocultor e explorador e a produção de estratégias contraofensivas e de resistência pelos povos originários e tradicionais, dentro os quais os diversos tipos de campesinato. Para o Serviço Social – que surgirá como profissão já no século XX e terá seu amadurecimento intelectual e político deflagrado no final dos anos 1970, a partir do encontro e aprofundamento da matriz marxista e marxiana de pensamento – o trabalho profissional se materializa no campo destes processos contraditórios, que estruturam o capitalismo dependente brasileiro e conformam as relações antagônicas de classe. Isso pois a profissão trabalha a partir do ‘chão da realidade’, com os elementos que dela brotam. O Serviço Social não tais processos de exploração, tampouco as estratégias de resistência, mas ao atender a classe trabalhadora do campo, da cidade ou das florestas, acompanha-os, assessora-os, orienta-os em suas lutas e contribui na construção de estratégias de enfrentamento. Neste contexto, muitos elementos dessas estratégias do campesinato aparecem, atualizadas com as condições objetivas de cada tempo histórico, no que foi se constituindo a agroecologia, seja como ciência, movimento social, modo de vida ou práxis cotidiana. É importante e necessário para o Serviço Social conhecer este processo, isso, pois a agroecologia pode ser lida como um resultado do tensionamento posto pelas contradições do próprio capitalismo e o desenvolvimento histórico das lutas do campesinato. Em uma perspectiva dialética, a sua emergência se encontra como uma das formas da resistência camponesa em um contexto em que o avanço da agricultura industrial, por meio da Revolução Verde e do agronegócio, na metade do século XX, seguia a passos largos como o novo modelo agrário hegemônico.

O conceito de agroecologia se popularizou nos anos de 1980, mas é algumas décadas mais antigo. As primeiras pesquisas em que ele aparece e que estavam voltadas para a dimensão ecológica na área da agricultura, datam dos anos de 1920-1930. Essas pesquisas ficaram marginalizadas no contexto da 2ª Grande Guerra e na

sequente Guerra Fria, pois foi o período do advento e difusão dos princípios, propostas e programas da Revolução Verde, inclusive porque eles passaram a ingerir no direcionamento das opções de ‘projeto de nação’ e das decisões políticas, econômicas, financeiras e científicas dos e nos países periféricos.

O interesse pelo tema se ampliava de forma significativa, e cada vez mais outros atores se somavam ao debate e às pesquisas acadêmicas, com o alcance junto a outras áreas de conhecimento científico. Isso fez com que o conceito de agroecologia ampliasse suas bases filosóficas e científicas para além das ciências agrárias. Também foi um momento em que diversos movimentos políticos, acadêmicos e camponeses “intensificaram críticas e retomaram as potencialidades anteriores à Revolução Verde, demarcando um processo tecnológico e de práticas agrícolas que se contrapunha à agricultura industrial, cada vez mais dominante” (Guhur; Silva, 2021, p. 62). Neste processo de produção de conhecimento, apesar da agroecologia se sintonizar com o Serviço Social enquanto movimento da realidade plena de antagonismos de classe e, por isso mesmo, de resistências, ficou ausente das contribuições enquanto área de conhecimento científico.

Aquelas práticas agrícolas são chamadas de forma genérica de ‘agriculturas alternativas’, e compreendem a agricultura orgânica, a biológica, a permacultura, entre outras. No Brasil, o Movimento de Agricultura Alternativa (MMA) surge no final da década de 1970, e tem como protagonistas grupos de intelectuais, profissionais das ciências agrárias, estudantes e ambientalistas. Costa (2017) faz um estudo pormenorizado sobre a história do MMA no país, onde cita e analisa publicações intelectuais da época, e identifica nelas as bases de suas dimensões energética e econômica, bem como traça o seu desenvolvimento nos espaços governamentais/institucionais e não governamentais, enquanto movimento social. Nesse acúmulo de discussão, a proposta agroecológica se sobressai, ganha mais força e visibilidade e o movimento agroecológico evolui em si.

Em 1983, é criado o Projeto de Tecnologias Alternativas, pela Federação de Órgãos para a Assistência Social e Econômica (PTA-FASE, Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, AS-PTA). É nesse momento vai se impulsionar, capacitar e mobilizar inúmeras experiências locais, capilarizadas pelo país, utilizando da educação popular para dinamizar as técnicas, saberes e metodologias da

agroecologia. Segundo Costa (2017), o PTA-FASE também passará a ter uma atuação junto aos movimentos sociais do campo, que até então pautavam suas lutas e reivindicações na esfera das políticas agrária e agrícola, mas ainda não problematizavam a esfera da produção que estava nos moldes da agricultura industrial.

Considerando o processo de mobilização, organização e aglutinação desses diversos sujeitos em torno de interesses comuns, visualiza-se o desenvolvimento da agroecologia também como um movimento social. O amadurecimento teórico e prático da agroecologia, de fato, ultrapassou os limites acadêmicos e de experiências locais não articuladas entre si, propiciando sua institucionalização, organicidade, visibilidade, identidade e força política (Valadão; Moreira, 2021). Hoje, o movimento agroecológico se dinamiza em uma articulação em rede, onde os movimentos sociais, instituições, pesquisadores/as, estudantes, organizações locais que o compõem mantêm suas autonomias e demandas específicas, mas formam espaços de contato, diálogos, pontos de convergência, fortalecimento e de consensos. Aqui novamente evidencia-se a confluência com o Serviço Social, não apenas pela direção de seu Projeto Ético Político, expresso nos princípios e valores do Código de Ética profissional de 1993, mas também nas competências e atribuições previstas na lei que regulamenta a profissão, quando sinalizam nos artigos 4 e 5 o trabalho com os movimentos sociais com respeito aos seus processos históricos e protagonismos de luta (Brasil, 2012).

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), criada em 2002 como deliberação do I Encontro Nacional de Agroecologia, é o maior e o principal ponto de convergência do movimento agroecológico brasileiro. Os fundamentos políticos-metodológicos que a ANA adotou para direcionar suas estratégias e incidências sobre a realidade agrária, agrícola e alimentar podem ser organizados em quatro ideias-força: o antagonismo com o agronegócio; a centralidade das experiências; compreensão de sujeitos coletivos da agroecologia; e ação em redes (Petersen; Almeida, 2021). O I ENA foi convocado pelas experiências locais que ganharam corpo e organicidade nos anos de 1980-1990. Os demais ENAs foram convocados e organizados pela ANA e aconteceram em 2006, 2014 e 2018. Em 2004 foi criada a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), que congrega pesquisadores e estudantes de diversas áreas, com o compromisso de realizar, fomentar e apoiar ações e pesquisas agroecológicas.

Segundo Caporal (2019), há duas considerações importantes sobre a agroecologia: a primeira, é o fato dela direcionar os seus interesses para a agricultura familiar e camponesa e defender as lutas por reforma agrária, e por considerar a dimensão agrícola como um modo de vida amplo, e não como uma mera finalidade de produção para o mercado. A segunda está relacionada à questão da segurança alimentar e nutricional, pois “[...] a adoção do enfoque agroecológico pressupõe que não se trata de produzir alimentos sadios para atender a nichos de mercado ou a consumidores que possam pagar mais caro pelos alimentos”. Além da busca pela sustentabilidade socioambiental e econômica, um dos desejos mobilizadores é o de se “[...] produzir alimentos sadios e acessíveis para toda a população” (p. 265).

Hoje, ao analisar esse processo em perspectiva histórica, nota-se que

A agroecologia se consolidou como uma teoria crítica que questiona radicalmente a agricultura industrial, fornecendo ao mesmo tempo bases conceituais e metodológicas para o desenvolvimento de sistemas agroalimentares economicamente eficientes, socialmente justos e ecologicamente sustentáveis. Como prática social, a Agroecologia se expressa na diversidade e na criatividade das formas de resistência e luta do campesinato, em particular em suas estratégias de construção de autonomia em relação aos mercados de trabalho e insumos. Como movimento social, mobiliza sujeitos envolvidos prática e teoricamente em sua construção, assim como setores crescentes da população, mobilizados em lutas por justiça social, saúde coletiva, soberania e segurança alimentar e nutricional, economia social, solidária e ecológica, equidade de gênero, contra o racismo e o colonialismo e por relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades (Molina, *et al*, 2023, p. 165).

Ora, todos elementos apresentados justificam uma aproximação mais sensível, política e estratégica do Serviço Social para com a agroecologia. Seja como teoria crítica, como prática social ou como movimento, há muito para estudar. As inúmeras dimensões que ela desencadeia na sua proposta contra hegemônica tratam diretamente sobre expressões da questão social – essas que já detém uma complexidade muito peculiar por conta da questão agrária existente em países de capitalismo dependente, como o Brasil. Nesse trecho citado, há referência a uma dimensão não tratada de forma explícita até então, que é o sistema agroalimentar. Com ele, pode-se retomar, a título de problematização, a magnitude dos impactos negativos do sistema agroalimentar dominante, baseado em uma agricultura industrial extremamente dependente de combustíveis fósseis.

Só esse recorte já é suficiente para se constatar o aumento da cadeia produtiva e listar facilmente efeitos que dele decorrem. Para citar alguns exemplos, significa, por um lado e em paralelo, maior busca e exploração de recursos naturais fósseis, o desenvolvimento de tecnologias para extração de minérios e petróleo, invasão em reservas ambientais e territórios tradicionais onde essas reservas comumente se encontram, expulsão de comunidades e expropriação de territórios com o uso de violência e, com isso, também o aumento e o recrudescimento dos conflitos fundiários. Do outro lado, nas próprias lavouras, sejam pequenas, médias ou grandes propriedades, o envenenamento, adoecimento e exaustão da terra, com conseqüente envenenamento dos recursos hídricos e do ar, além da produção em ritmo industrial de alimentos adoecidos e envenenados, todos com impactos diretos na saúde pública; no latifúndio, a produção intensiva de *commodities* que não alimenta ninguém, e o abandono das terras exauridas tornadas improdutivas e a expansão da fronteira agrícola para outras regiões e territórios, num lastro precedido pelo fogo, seguido pela monocultura, e depois pelo pasto para criação de gado; e a diminuição do trabalho socialmente necessário ao mesmo tempo em que precariza e super explora a mão de obra que se mantém no campo. Nas cidades, boa parte do imenso contingente populacional de mão de obra liberada, vai engrossar as fileiras do exército industrial de reserva; outra parte, talvez com um pouco mais de sorte, vai ocupar postos de trabalhos precarizados ou se somar aos índices de mão de obra subocupada, e assim por diante – o rol das expressões da questão social nesse universo ‘urbano’ pode ser listado com muita facilidade.

Diante de tamanho e estrutural estrago, um dos debates centrais que vem à tona é a urgência de se pautar e superar o regime agroalimentar dominante, insustentável em todas as suas dimensões, e onde a agroecologia, enquanto ciência e método, é colocada como um dos instrumentos mais poderosos no processo de câmbio. Porém, convém sinalizar que as suas dimensões sociais, éticas e políticas serão as determinantes para que ela se sustente enquanto alternativa contra hegemônica real e viável, e como um dos pilares de qualquer projeto societário orientado pela justiça socioambiental e a emancipação humana.

4 Considerações (In)Conclusivas

A discussão apresentada nesse artigo fornece elementos amplos para compreender a magnitude dos efeitos deletérios que o agronegócio tem sobre a terra e a economia, com rebatimentos no conjunto da sociedade e nas dimensões das relações sociais estabelecidas, agravando as expressões da questão social. A história colonial, extrativista, de exploração e privatização da terra, espoliação e saqueio, antes e depois dos processos de independência dos países latino-americanos, afeta principal e diretamente comunidades camponesas, caboclas, de povos tradicionais e originários de uma forma geral. Para esses grupos, porém, a terra possui uma dimensão cultural extremamente importante, onde não é reduzida à natureza, mas também é social, espiritual, histórica e de onde provém o trabalho.

Em torno dos conflitos de interesses postos na correlação de forças e na luta de classes que circunscrevem a questão agrária, é importante falar que ela explicita o conflito em torno do acesso à terra e seu uso, e surge como um processo longo de busca por liberdade e igualdade. Porém, em um “país dominado pelo latifúndio, com um profundo desprezo votado por suas elites aos homens humildes, tal busca será necessariamente difícil e, muitas vezes, violenta”. Para se construir uma nação republicana e democrática de fato, e superar a dívida social que possui, o Brasil “deverá passar pela mudança do sistema de propriedade da terra” (Linhares; Silva, 2021, p. 32).

Ou seja, se a questão agrária é um desdobramento da concentração fundiária, a sua resolução terá que passar pela democratização da terra historicamente concentrada, por meio de um programa amplo de reforma agrária, democratizando também o poder. Essa reforma agrária desejada e pautada há tanto tempo, deve sempre incorporar a dimensão social e política, e se consolidar como uma conquista política e democrática. Isso posto, sinaliza-se que junto da urgência da conquista da terra, segue a provocação sobre a existência, ou não, de potências de rupturas a partir de uma ‘atualização histórica’ do campesinato, e onde a luta camponesa, aqui abordada através da agroecologia, pode ser compreendida como produto de uma relação dialética, fruto da organização de uma classe historicamente oprimida.

A questão da segurança alimentar e nutricional não se refere apenas ao acesso e ao consumo em quantidade suficiente e variedade nutricional recomendada, ou quando muito, ampliada para a dimensão técnica da produção e de elaboração de políticas públicas para tal – que dirá quando o debate toca a questão da soberania

alimentar. A discussão que Bombardi (2023) faz sobre colonialismo químico evidencia o quanto a estrutura produtiva tem camadas muito mais complexas e que estão colocadas no âmbito da geopolítica mundial, da divisão internacional do trabalho, da subalternidade e depreciação em que, historicamente, são postos os países periféricos.

Por fim, é importante sinalizar que a agroecologia amadurece suas dimensões social e política muito influenciada pela aproximação das ciências humanas e sociais em seu desenvolvimento científico, mas são dimensões que ainda estão em disputa por direcionamento teórico e metodológico. Considerando o materialismo histórico e dialético que constitui a processualidade da agroecologia, cabe à teoria crítica se colocar de forma determinante nesse debate. Ao Serviço Social, com suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, com o compromisso ético-político com classe trabalhadora e suas lutas, e dotado de legitimidade histórica, fica a provocação e a possibilidade para vir a desempenhar um papel importantíssimo na construção desse direcionamento político em questão.

Referências

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 30 de março. 2024.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e colonialismo químico.** São Paulo: Elefante, 2023.

CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia: redesenhando sistemas agroalimentares mais sustentáveis. In: LIMA, Marcos Costa. OLIVEIRA, Eduardo Matos (org.). **Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional: Brasil e China em perspectiva.** Recife: Fasa, 2019. p. 241-269.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2023.** Centro de Documentação Dom Tomás Balduino: Goiânia, 2024. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14308:conflitos-no-campo-brasil-2023&catid=41>>. Acesso em: 01 de maio. 2024.

CUNHA, Manoel Baltasar Baptista da. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas.** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação**

sociológica. Prefácio de José de Souza Martins. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

GUHUR, Dominique. SILVA, Nívia Regina da. Agroecologia. In: DIAS, Alexandre Pessoa. Et al. (orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 59-73.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MOLINA, Manuel González de, et al. **Introdução à agroecologia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil Negro**. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3. ed. rev. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

PETERSEN, Paulo. ALMEIDA, Silvio Gomes. Articulação Nacional de Agroecologia. In: DIAS, Alexandre Pessoa. Et al. (orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 131-140.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro: uma história da formação do país**. São Paulo: Todavia, 2022.

SCOLESO, Fabiana. Agronegócio, Agricultura 4.0 e as novas fronteiras da acumulação: a incontabilidade do capital sobre a natureza, territórios e mundo do trabalho. VALENCIA, Adrián Sotelo; ALVES, Giovanni (orgs.). **Trabalho, crise capitalista e geopolítica global**. Projeto Editorial Práxis, 2023.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **Subimperialismo e dependência na América Latina: o pensamento de Ruy Mauro Marini**. Tradução: Eduardo Perondi. São Paulo: Expressão Popular, 2019.